

NOTA DE ABERTURA



Na prossecução do objectivo central da difusão do direito da Região Administrativa Especial de Macau e da sua comparação com a ordem jurídica da China Continental e com sistemas jurídicos estrangeiros, a Faculdade de Direito da Universidade de Macau, por intermédio do seu Centro de Estudos Jurídicos, tem continuado a realizar conferências e seminários para cumprir tal desiderato. Com destaque para as conferências internacionais, que têm vindo a ser realizadas todos os anos, focadas nas reformas jurídicas de Macau no contexto global.

Este número centra-se, precisamente, nas publicações dos trabalhos relativos à “Sétima Conferência Internacional sobre «As Reformas Jurídicas no Contexto Global»”, dedicada, em 2014, ao tema “A política de planeamento urbanístico e o desenvolvimento económico e social de Macau - perspectiva jurídica”, que teve lugar em Outubro desse ano, no novo Campus da Universidade de Macau. Como sempre, a Conferência foi organizada pelo Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito, tendo contado com o apoio da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça e da Fundação Rui Cunha. O apoio destas duas entidades foi, uma vez mais, imprescindível para a realização da Conferência, impondo-se o reconhecimento público do patrocínio com que pudemos contar.

Os oradores oriundos de Macau, da China Continental, de Portugal, do Brasil, de Singapura e de Taiwan trataram temas diversos nos domínios do planeamento urbanístico e das suas relações com o desenvolvimento económico e social: planeamento urbanístico, tráfego urbano, sustentabilidade ambiental das cidades, instrumentos da política urbana, urbanismo e edificação, práticas urbanísticas, comercialização de terras, ordenamento do território e poluição atmosférica nas cidades. Congratulamo-nos com o facto de todas as comunicações serem publicadas neste Boletim, juntamente com os discursos de abertura proferidos na ocasião.

Para além das publicações dos textos da Conferência Internacional, este número contém uma segunda parte, na qual se publicam intervenções proferidas a propósito de um outro evento que teve lugar na Faculdade de Direito de Macau. Também com a organização do Centro de Estudos Jurídicos realizou-se

um Seminário sobre “Expropriação por Utilidade Pública”, no âmbito de um Protocolo celebrado entre as Faculdades de Direito da Universidade de Macau e da Universidade de Coimbra. Este Seminário teve lugar no novo Campus da Universidade de Macau e contou com docentes das duas instituições de ensino superior referidas.

Infelizmente, não foi possível publicar os textos de todas as comunicações proferidas. Em todo o caso, dão-se à estampa três artigos, dois relativos ao regime português das expropriações por utilidade pública e ao procedimento de expropriação em Portugal, e um último contendo o comentário final a todas as intervenções proferidas no Seminário.

Para além do apoio à Conferência Internacional, a Fundação Rui Cunha consubstanciou o seu patrocínio na edição e impressão do presente número do Boletim em língua portuguesa. Para a publicação do número em língua chinesa contámos, uma vez mais, com o patrocínio exclusivo da Direcção dos Assuntos de Justiça.

A Faculdade de Direito da Universidade de Macau, por intermédio do seu Centro de Estudos Jurídicos, e com o apoio das entidades referidas vai continuar a dar o seu melhor em prol da discussão, difusão e investigação do Direito de Macau, por intermédio da realização de seminários, conferências e outras iniciativas; e pela publicação do presente Boletim, onde se corporizam algumas das actividades mencionadas e os estudos dos docentes e investigadores, com ligação directa ou indirecta à nossa Faculdade. Esperamos satisfazer assim os anseios dos nossos leitores e contribuir, de alguma forma, para o progresso do Direito em Macau.

Universidade de Macau, 7 de Julho de 2015

José Eduardo Figueiredo Dias
Director Interino do Centro de Estudos Jurídicos
da Faculdade de Direito